

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.577.897 - DF (2019/0265248-8)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : LUCYELEN CORDEIRO VALADARES
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
AGRAVADO : IDEA - BRASILIA - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL AVANÇADO LTDA
ADVOGADOS : ALESSANDRA SOARES DA COSTA MELO - DF029047
ROSANE CAMPOS DE SOUSA - DF049573

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado :

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITORIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. NÃO VERIFICADA. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. VENCIMENTO DA OBRIGAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Proposta a demanda dentro do prazo prescricional estabelecido em lei e tendo o credor agido de forma diligente, cumprindo os despachos judiciais e dando andamento ao trâmite processual com o fim de promover a citação válida do réu, a demora na efetivação do ato citatório não pode ser imputada em seu prejuízo, aplicando-se ao caso o comando da Súmula 106 do STJ e, afastando-se, assim, a prescrição intercorrente.

2. Tratando-se de dívida líquida e certa, cobrada mediante ação monitoria lastreada em contrato de prestação de serviços educacionais, o termo inicial para a incidência dos juros moratórios é a data do inadimplemento de cada parcela da obrigação, conforme inteligência do artigo 397 do Código Civil.

3. Sentença mantida. Recurso não provido.

Nas razões do especial, aponta a agravante violação dos artigos 240 do Código de Processo Civil e 422 do Código Civil.

Argumenta estar prescrita a pretensão da parte adversa, tendo em vista que não houve a interrupção da prescrição, e a promoção da citação ocorreu após superado o

prazo legal previsto para o exercício do direito objeto da ação.

Alternativamente requer que os juros de mora incidam a partir da citação válida.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

No que se refere à preliminar suscitada, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça pacificou entendimento no sentido de que a prescrição não pode ser reconhecida, se a parte interessada propõe a demanda antes de consumado o prazo prescricional, mas a citação válida não é feita em tempo hábil por motivos que refogem à sua competência.

Nesse sentido, os seguintes julgados:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - ACÓRDÃO ESTADUAL QUE AFASTOU A OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO POR ENTENDER QUE A DEMORA NA CITAÇÃO NÃO SE DEU POR CULPA DO EXEQUENTE - APELO NOBRE NÃO ADMITIDO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE MANTEVE A DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE, AINDA QUE POR FUNDAMENTO DIVERSO. INSURGÊNCIA DO EXECUTADO.

1. Se a parte interessada ingressa com a ação antes de consumado o prazo prescricional, mas a citação válida não é feita em tempo hábil por culpa do próprio Poder Judiciário, não se pode reconhecer a ocorrência da prescrição, nos termos do enunciado nº 106 da Súmula do STJ: "Proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência".

2. Se a própria Corte local afirmou não ser do exequente a culpa pela demora na citação, não pode esta Corte Superior, na via estreita do recurso especial, reexaminar o conjunto fático-probatório dos autos para afirmar o contrário. Incide, quanto a esse ponto, o enunciado nº 7 da Súmula do STJ.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 581.482/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 17/11/2014)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL.
PRESCRIÇÃO. CONSUMAÇÃO. INÉRCIA DA PARTE
EXEQUENTE. REEXAME DO CONJUNTO

FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. IMPROVIMENTO.

1.- A Primeira Seção do STJ, em julgamento de recurso repetitivo, determinou que não ocorre a prescrição quando a demora na citação do executado provém unicamente do aparelho judiciário (REsp 1.102.431/RJ, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Seção, julgado DJe 1º.2.2010). No mesmo precedente, ficou assentado que "A verificação de responsabilidade pela demora na prática dos atos processuais implica indispensável reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado a esta Corte Superior, na estreita via do recurso especial, ante o disposto na Súmula 07/STJ". No caso dos autos, o Tribunal *a quo* concluiu, após analisar todas as circunstâncias fáticas pertinentes, que a inércia da parte exequente foi preponderante para a consumação da prescrição. A reforma de tal conclusão, em Recurso Especial, é impossível ante o óbice da Súmula 7/STJ" (AgRg no REsp 1.290.163/PR, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 12/4/2012).

2.- O agravo não trouxe nenhum argumento novo capaz de modificar o decidido, que se mantém por seus próprios fundamentos.

3.- Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.417.423/AC, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJe 24/2/2014)

Ocorre que, na hipótese em análise, o próprio Tribunal de origem consignou que o prazo prescricional não foi superado, como se extrai do trecho (fls. 133-134, e-STJ):

No caso vertente, embora a monitoria tenha sido ajuizada em 7 de março de 2018, antes de transcorrido o prazo prescricional, a citação editalícia da Requerida somente foi publicada em 16 de agosto de 2018, com prazo de 20 dias, após inúmeras tentativas frustradas quanto à localização de seu paradeiro.

Em que pese a alegação da d. Curadoria de que a instituição educacional autora foi omissa ao não tomar as providências necessárias para viabilizar a citação dentro dos prazos legalmente estabelecidos, dando, por isso, causa à prescrição intercorrente, pela análise dos autos, denota-se exatamente o oposto.

Verifica-se que a Apelada foi diligente com a causa, tendo em vista que a todo o momento buscou localizar o verdadeiro paradeiro da Ré, indicando, ao menos, três endereços em que poderia ser localizada,

recorrendo, inclusive, à pesquisa em sistemas integrados com o objetivo de promover a citação da Apelante.

Nesse ponto, vale frisar que a todo tempo em que a Apelada era intimada a manifestar-se sobre as tentativas infrutíferas de citação da Ré, bem como a promover o andamento do processo, sob pena de extinção do feito, prontamente cumpria com o determinado. (...)

Desta feita, resta claro que a Apelada agiu de forma diligente, sempre buscando dar andamento ao trâmite processual com o fim de citar validamente a Ré. Todavia, não se olvida que o serviço judiciário tem seus entraves, que, por vezes, dificulta o cumprimento dos prazos processuais, o que, de fato, ocorreu na hipótese em análise.

(...)

Portanto, não me parece razoável o reconhecimento de prescrição intercorrente, como pleiteado pela Curadoria de Ausente, uma vez que restou evidente a atuação zelosa da parte apelada, somada ao fato de que a demanda foi proposta dentro do prazo prescricional de cinco anos.

Com efeito, considerando a moldura fática delineada pelo Tribunal de origem, verifico que o acórdão recorrido se encontra em harmonia com a citada jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça. Além disso reexaminar a questão esbarra nas disposições do verbete n. 7 da Súmula desta Casa.

No tocante à outra questão, do termo inicial dos juros de mora do débito das mensalidades da prestação de serviço inadimplidas, o Tribunal de origem assim fundamentou (fls. 135-136, e-STJ):

Salienta-se que o crédito constituído por contrato de prestação de serviços educacionais configura obrigação positiva e líquida, com prazo certo para ser cumprida, ensejando, assim, a aplicação do disposto no artigo 397 do Código Civil. Portanto, por se tratar de *mora ex re*, o mero inadimplemento da obrigação no termo pré-estabelecido constitui em mora o devedor, o que autoriza a incidência dos juros moratórios a partir do vencimento da dívida.

(...)

Nessa perspectiva, cuidando-se de obrigação líquida e certa, os juros de mora devem ser calculados a partir do inadimplemento de cada parcela da obrigação, motivo pelo qual não merece reforma a decisão

do juízo *a quo*.

Diante do contexto descrito pelo Tribunal de origem, verifico que o acórdão recorrido, quanto ao ponto, se encontra em harmonia com a jurisprudência pacífica deste Superior Tribunal de Justiça, como se depreende do precedente:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. MENSALIDADES ESCOLARES. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. VENCIMENTO. MORA EX RE. ART. 397 DO CÓDIGO CIVIL. PRECEDENTES. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EDUCACIONAL. PROCESSUAL CIVIL.

1. A controvérsia diz respeito ao termo inicial dos juros de mora em cobrança de mensalidades escolares: se deve ser a data de vencimento de cada prestação ou da citação da devedora.
2. Os artigos 219 do CPC e 405 do CC/2002 devem ser interpretados à luz do ordenamento jurídico, tendo aplicação residual para casos de mora ex persona - evidentemente, se ainda não houve a prévia constituição em mora por outra forma legalmente admitida.
3. A mora ex re independe de qualquer ato do credor, como interpelação ou citação, porquanto decorre do próprio inadimplemento de obrigação positiva, líquida e com termo implementado. Precedentes.
4. Se o contrato de prestação de serviço educacional especifica o valor da mensalidade e a data de pagamento, os juros de mora fluem a partir do vencimento das prestações, a teor do artigo 397 do Código Civil.
5. Recurso especial provido.

(REsp 1513262/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 26/8/2015)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo, considerando-se suspensão a exigibilidade em caso de assistência judiciária gratuita.

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora